

ARBITRAGENS

- 1) Foi membro, designado pelo Instituto da Água, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio, entre este Instituto e o consórcio construtor, relativo ao Adutor Beliche - ETA de Tavira (1996-2001).
- 2) Foi membro, designado pela APDL, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à concessão da exploração do Cais de Gaia (2011-2012)
- 3) Foi membro, designado pela concessionária, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio a APL e a Liscont sobre a modificação do contrato de exploração do terminal de contentores de Alcântara (2012)
- 4) Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre o Estado (ARSLVT) e a Sociedade Gestora do Hospital Amadora / Sintra (HASSG) relativo ao Contrato de Gestão 2004-2008 (2009- 2012)
- 5) Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a SPRHI e a MOTA-ENGIL, relativo à empreitada de reabilitação da Via Vitorino Nemésio (Horta, Açores) – (2011-2013)
- 6) Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a Brisal e o Estado, relativo à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão da A-17 (2012-2015)
- 7) Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a PT e o Estado, relativo à indemnização por obrigações de serviço público (2013-2014)
- 8) É árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio ente esta e a AELO, SA, relativo à subconcessão Litoral oeste (2014-)
- 9) É árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à subconcessão Baixo Tejo (2014 -)
- 10) Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a CM de Lisboa e a Carris de Ferro de Lisboa, terminado por desistência da Demandante (2016).
- 11) É Presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a Transdev e a Metro do Porto (2016 -).



OUTRAS ACTIVIDADES:

Colaborou com o Ministério da Administração Interna de 1977 a 1981, como consultor jurídico em assuntos relacionados com as autarquias locais, junto da Comissão de Coordenação da Região Centro e da Direcção Geral da Acção Regional e Local, tendo participado em especial, durante o ano de 1979, nas tarefas de desenvolvimento legislativo e regulamentar necessárias à concretização do novo regime das finanças locais.

Foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Regional e Local no V Governo Constitucional, de Agosto a Novembro de 1979.

Foi, de 1985 a 2000, por designação ministerial, membro do Conselho Geral do CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica).

A convite do Ministro da Defesa do IX Governo Constitucional, elaborou em 1984 um anteprojecto de "Conceito Estratégico de Defesa Nacional".

Participou nos trabalhos preparatórios da elaboração dos projectos de revisão constitucional da Aliança Democrática (1980-1982) e do Centro Democrático e Social (1987-1989).

Presidiu à Comissão Mista para reapreciação do valor fixado para a indemnização dos accionistas da SONAP (Maio-Outubro de 1994).

Foi consultor jurídico do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa (1992-1994) e membro do júri de concurso público internacional para a concessão serviço público de transportes no novo eixo ferroviário Norte-Sul da região de Lisboa (travessia ferroviária do Tejo), bem como do concurso público internacional para aquisição de material circulante destinado a esse serviço (1994-1995).

Foi, desde Novembro de 2001 a Abril de 2007, por nomeação ministerial, membro da Comissão de Fiscalização do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Pertenceu, desde o início, ao Conselho de Redacção da revista bimensal "Cadernos de Justiça Administrativa", cujo n.º 0 saiu em Fevereiro de 1997, até Outubro de 2016.

É redactor e comproprietário da Revista de Legislação e Jurisprudência desde o ano de 2000, integrando o respectivo Conselho de Redacção desde 2008.

É membro do Comité Científico da Colección Instituto Garcia Oviedo da Universidade de Sevilha

É membro do Conselho de Redacção da REVISTA DE ESTUDIOS DE LA ADMINISTRACIÓN LOCAL Y AUTONÓMICA (REALA), da Universidade Complutense de Madrid..



Integrou a Comissão de Revisão do Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, nomeada pela Ministra da Justiça (2012-2014), que deram origem às respectivas leis, publicadas em 2015.

É membro da Associação Portuguesa de Direito Constitucional, do Clube Humboldt-Portugal, da SIPE (*Association of European Public Law*) e, no âmbito da Faculdade de Direito de Coimbra, do Instituto Jurídico, do Instituto Jurídico da Comunicação (sendo Presidente do Conselho Fiscal), da Associação de Direito Penal Económico e Europeu (sendo presidente do Conselho Fiscal), do Centro de Direito do Consumo, do Centro de Direito Biomédico.

VII

Trabalhos publicados

A) No âmbito da actividade docente e de investigação

AA) MONOGRAFIAS, ARTIGOS e LIÇÕES:

- 1 — A Imparcialidade da Administração como Princípio Constitucional, Coimbra, 1975, artigo publicado em separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (BFDUC).
- 2 — **Grupos de Interesse, Pluralismo e Unidade Política**, dissertação apresentada para o exame do Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, Coimbra, 1977, sep. do Suplemento ao BFDUC.
- 3 — Direito Constitucional - Direitos Fundamentais (Lições ao 5º ano jurídico), policop., Coimbra, 1977-1978 (v. título n.º 8).
- 4 — Direito Constitucional (Sumários desenvolvidos das Lições ao 1º ano, incompl.), policop., Coimbra, 1979-1981 (act., Porto, 1992).
- 5 — **Estudo e Projecto de Revisão da Constituição**, em co-autoria com BARBOSA DE MELO e CARDOSO DA COSTA, Coimbra Editora, Coimbra, 1981.
- 6 — “Der Erwerb der deutschen Staatsangehörigkeit durch die ausländischen Arbeitnehmer im Hinblick auf das neue portugiesische Staatsangehörigkeitsrecht”, artigo publicado em *Informationsbrief, Ausländerrecht*, 1982, p.186 e ss.
- 7 — Os Direitos Fundamentais nas Relações entre os Particulares, conferência publicada in Documentação e Direito Comparado, Boletim do Ministério da Justiça, Lisboa, 1981.
- 8 — **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**, Almedina, Coimbra, 1983 (reimp. em 1987, 1991, 1993, 1996 e 1998).
- 9 — **O Ordenamento Jurídico Administrativo Português**, Lição proferida na Universidade do Minho por iniciativa da Associação Jurídica de Braga e publicada em *Contencioso Administrativo*, Livraria Cruz, Braga, 1986, p. 33 e ss.
- 10 — Organização do Estado Português (Sumários de lições), CEFA, policop., Coimbra,

- 1986 (cf., infra, título n.º 45).
- 11 — Derechos y Garantias Fundamentales, artigo publicado na Revista de Estudios Políticos, n.ºs 60-61, Madrid, 1988, e, em português, em Portugal. O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1988.
- 12 — **Autonomia Regulamentar e Reserva de Lei**, artigo publicado em separata do Boletim Especial de Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró (1984), Faculdade de Direito, Coimbra, 1987.
- 13 — Distribuição pelos Municípios de Energia Eléctrica em Baixa Tensão, parecer sobre a autonomia local, publicado na Colectânea de Jurisprudência, Ano XIV, 1989, T.1, p. 15 e ss.
- 14 — Direito Administrativo (Sumários de Lições ao 2º Ano), policop., Coimbra, 1989 (última actualização em 2009/2010).
- 15 — **O Dever da Fundamentação Expressa de Actos Administrativos**, dissertação de doutoramento, Coimbra, 1991.
- 16 — Comunicação e Direitos Fundamentais (Sumários de Lições ao Curso de Pós-graduação em Direito da Comunicação), policop., Coimbra, 1992 (última actualização em 2005).
- 17 — Direito Administrativo e Fiscal (Sumários de Lições ao 3º Ano), policop., Coimbra, 1992 (última actualização em 1997 – cf., infra, título n.º 29).
- 18 — **Revogação do Acto Administrativo**, conferência proferida na Universidade Católica, publicada em Direito e Justiça, vol. VI, Lisboa, 1992, p. 53 e ss.
- 19 — A Procriação Assistida com Dador: o Problema do Ponto de Vista dos Direitos Fundamentais, conferência publicada pelo Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito de Coimbra, in Procriação Assistida, Colóquio Interdisciplinar, Coimbra, 1993, p. 49 e ss.
- 20 — As Novas Regras para a Actividade Administrativa, conferência publicada pelo CEFA, in Seminário sobre o Código do Procedimento Administrativo, Coimbra, 1993, p. 83 e ss.
- 21 — Autonomia Local e Atribuições Municipais, artigo, em co-autoria com PEDRO GONÇALVES, in Manual do Eleito Local, CEFA, 1994.
- 22 — Tobacco Advertising in the Portuguese Legal and Constitutional System, relatório sobre o regime jurídico da publicidade ao tabaco, in Advertising and Constitutional Rights in Europe, 1994, p. 259 e ss.
- 23 — Legitimidade da Justiça Constitucional e Princípio da Maioria, conferência proferida nos 10 anos do Tribunal Constitucional, publicada em TRIBUNAL CONSTITUCIONAL (ed.), Legitimidade e Legitimação da Justiça Constitucional, Coimbra, 1995, p. 75 e ss.
- 24 — A "Revisão" dos Actos Administrativos no Direito Português, conferência publicada em Procedimiento Administrativo, Xornadas e Seminários, n.º 10, Santiago de Compostela, 1994, p. 143 e ss, bem como em Legislação, 9/10, INA, Lisboa, 1994, p. 185 e ss.
- 25 — O Serviço Público de Televisão na Ordem Jurídica Portuguesa, conferência proferida em 1993 e publicada pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito de Coimbra, in Comunicação e Defesa do Consumidor, Coimbra, 1996, p. 119 e ss.
- 26 — Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social na Perspectiva Jurídica, comunicação apresentada ao Seminário organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, in Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social, Lisboa, 1995, p. 71-95.



- 27 — As transformações do contencioso administrativo na Terceira República Portuguesa, artigo publicado in *Legislação*, 18, INA, Lisboa, 1997, p. 65 e ss.
- 28 — Actos consequentes e execução de sentença anulatória, artigo publicado na *Revista da Universidade Moderna*, n.º 1, Porto, 1998, p. 29 e ss.
- 29 — **A Justiça Administrativa (Lições)**, Coimbra, 1998, 1999 (2ª ed.), 2000 (3ª ed.).
- 30 — Panorama geral do direito da responsabilidade “civil” da Administração Pública em Portugal, conferência proferida no III Coloquio Hispano-luso de Derecho Administrativo (Outubro de 1997) e publicada in MARTÍNEZ LÓPEZ-MUÑIZ, CALONGE VELÁZQUEZ (Coords.), *La responsabilidad patrimonial de los poderes publicos*, Valladolid, 1999, p. 39 e ss.
- 31 — A reserva do juiz e a intervenção ministerial em matéria de fixação das indemnizações por nacionalizações, parecer elaborado em 1990 e publicado na *Scientia Iuridica*, n.ºs 274/276, Jul.-Dez. 1998, p. 213 e ss.
- 32 — « **La protection des droits sociaux fondamentaux dans l'ordre juridique du Portugal** », relatório publicado in *La protection des droits sociaux fondamentaux dans les États membres de l'Union Européenne*, Atenas, Bruxelas, Baden-Baden, 1999, p. 667 e ss.
- 33 — Relatório de síntese: Meios principais, II Seminário sobre a Justiça Administrativa, intervenção oral publicada nos *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 16, Julho/Agosto 1999, p. 82 e ss.
- 34 — O internamento compulsivo e os direitos fundamentais dos portadores de anomalia psíquica, conferência publicada in *A Lei de Saúde Mental e o Internamento Compulsivo*, Coimbra, 2000, p. 71 e ss.
- 35 — Âmbito e limites da jurisdição administrativa, conferência publicada nos *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 22, Julho/Agosto 2000, p. 6 e ss, e na obra colectiva (ed. pelo Ministério da Justiça) *Reforma do Contencioso Administrativo. Trabalhos preparatórios. O debate universitário*, vol. I, 2000, p. 97 e ss.
- 36 — “**Algumas reflexões a propósito da sobrevivência do conceito de “acto administrativo” no nosso tempo**”, artigo publicado nos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, *Studia Iuridica*, 61, Ad honorem –1, Coimbra, 2001, p. 1189 e ss.
- 37 — Contratação colectiva e benefícios complementares de segurança social – O problema da (in)constitucionalidade material das normas limitadoras da contratação colectiva no domínio da segurança social, parecer elaborado em 1998, em co-autoria com MARIA FERNANDA MAÇÃS e publicado na *Scientia Iuridica*, n.º 290, Braga, 2001, p. 29 e ss.
- 38 — Relatório de síntese: III Seminário sobre a Justiça Administrativa, intervenção oral publicada nos *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 28, Julho/Agosto 2001, p. 59 e ss.
- 39 — **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 2.ª edição (totalmente revista)**, Almedina, Coimbra, 2001, 3.ª ed., 2004 (reimp. 2006, 2008), 4.ª ed. 2009 (reimp. 2010); 5.ª ed., 2012 (reimp. 2016)[Cf. título n.º 8]
- 40 — “A fiscalização da constitucionalidade das «normas privadas» pelo Tribunal Constitucional”, artigo publicado na *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 133º, n.º 3921, 2001, p. 357 e ss.
- 40-A— “Direitos e Deveres Fundamentais dos Residentes de Macau”, sumários, 2001, Macau.
- 41 — “**Aspectos jurídicos da empreitada de obras públicas**” - *Arbitragem Odeleite*,



- sentença arbitral em co-autoria com FREITAS DO AMARAL e FAUSTO DE QUADROS, Almedina, 2002.
- 42 — **Aceitação do acto administrativo**, sep. do *Boletim Especial da Faculdade de Direito de Coimbra*, comemorativo dos 75 anos, 2002.
- 43 — “O Judiciário e os direitos fundamentais sociais”, conferência publicada em *Palestras*, edição do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça (Rio Grande do Sul), n.º 2, Dezembro de 2002.
- 44 — **“Os direitos dos consumidores como direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976”**, conferência publicada em *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 11, n.º 1, 2002, p. 221 e ss, e também no BFDUC, LXXVIII, 2002, p. 43 e ss).
- 45 — Organização do Estado Português (Sumários de lições), em co-autoria com RICARDO DA VEIGA FERRÃO, CEFA, Coimbra, 2003 (cf. título n.º 10).
- 46 — *Direito Administrativo II (Justiça Administrativa)*, Relatório apresentado nas provas de agregação, Coimbra, 2003.
- 47 — “Os novos estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa”, parecer elaborado em 1992 e publicado em *Estudos de Direito Público – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 2003, p. 99 e ss.
- 48 — “Os direitos, liberdades e garantias no âmbito das relações entre particulares”, capítulo da obra *Os direitos fundamentais* [cf. título 39], publicado em INGO W. SARLET (org.), *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*, Porto Alegre, 2003, p. 271 e ss (2.ª ed., 2006, p. 273 e ss).
- 49 — **A Justiça Administrativa (Lições), Coimbra, 4ª edição, 2003 [totalmente reformulada, em função da Reforma legislativa; cf. título n.º 29]; 5.ª ed, 2004; 6.ª ed., 2004; 7.ª ed., 2005; 8.ª ed., 2006; 9.ª ed., 2007; 10.ª ed., 2009; 11.ª ed., 2011; 12.ª ed., 2012; 13.ª ed., 2014.**
- 50 — “A protecção dos direitos fundamentais dos particulares na justiça administrativa reformada”, artigo publicado na *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 134º, n.º 3929, p. 226 e ss.
- 51 — “Princípio da legalidade e autonomia da vontade na contratação pública”, in *La contratación pública en el horizonte de la integración europea*, conferência proferida no V Congreso Luso-Hispano de Derecho Administrativo, INAP, Madrid, 2004, p. 61 e ss.
- 52 — “Parecer”, in AAVV, *O Presidente da República e o Parlamento: o procedimento legislativo*, Assembleia da República, Lisboa, 2004, p. 209 e ss.
- 53 — “O novo modelo de impugnação judicial dos actos administrativos – tradição e reforma”, in *O acto no contencioso administrativo*, p. 189 e ss, conferência proferida no Colóquio Luso-Espanhol realizado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2005.
- 54 — “A acção de condenação à prática de acto devido”, in AAVV, *A reforma da justiça administrativa*, *Stvdia Iuridica* 86, Coimbra, 2005, p. 169 e ss.
- 55 — “O Provedor de Justiça e a protecção efectiva dos direitos fundamentais dos cidadãos”, in *O Provedor de Justiça. Estudos*, 2006, p. 57 e ss.
- 56 — “Liberdade de expressão e direitos das pessoas”, in *O Direito e a Cooperação Ibérica II*, 2006, p. 137 e ss.
- 57 — “Os Direitos fundamentais no século XXI”, in Perez Royo et alii (eds.), *Derecho*



- Constitucional para el siglo XXI*, Tomo I, 2006, p. 1051 e ss.
- 58 — “O papel do ensino privado na actual constituição portuguesa”, in *Temas de Direito da educação* (coord. de A. P. Barbas Homem), 2006, p. 13 e ss.
- 59 — “Os direitos fundamentais e o direito do desporto”, in *II Congresso de Direito do Desporto* (coord. de Ricardo Costa e Nuno Barbosa), 2007, p. 23 e ss.
- 60 — “A identidade do sector social”, in *Actas do VIII Congresso Nacional das Misericórdias*, Braga, 2008, p. 255 e ss.
- 61 — Educação: liberdade fundamental e direito social, in F. Vieira de Sousa (org.), *Educação, Estado e Sociedade*, Lisboa, 2009., p. 79 e ss.
- 62 — “A propósito do regime do contrato administrativo no «Código dos Contratos Públicos»”, in *Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, vol. I, 2008, p. 339 e ss; republicado com algumas alterações em *Estudos de Contratação Pública*, vol. II, Cedipre, 2010, p. 7 e ss.
- 63 — “Responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos causados no exercício da função administrativa”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 137.º, n. 3951 (Jul.-Ago 2008), p. 360-371.
- 64 — “O segredo no Conselho de Estado”, in *Revista CEDIPRE (on line)*, n.º 1.
- 65 — “O alcance da protecção do direito fundado em patente no âmbito do procedimento de autorização da introdução no mercado de medicamentos”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 138.º, n.
- 66 — “Algumas reflexões sobre os direitos fundamentais, três décadas depois”, *Anuário Português de Direito Constitucional*, vol. V /2006, p. 121 e ss.
- 67 — Lições de Direito Administrativo, 1.ª ed., 2009; 2.ª ed. 2011; 3.ª ed. 2013, 4.ª ed., 2015.**
- 68 — “A nulidade administrativa, essa desconhecida”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 138.º, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Freitas do Amaral*, 2010, 766 ss
- 69 — “Der Schutz der sozialen Grundrechte in der Rechtsordnung Portugals”, in *Soziale Grundrechte in Europa nach Lissabon*, 2010, p. 541 e ss.
- 70 — “Revisão Constitucional e Tribunais”, in *A Constituição Revista, E-Book* da Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 115 e ss
- 71 — “O Estado Social europeu no século XXI: a perspectiva jurídica dos direitos sociais”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, Ano XV, N.º 30 especial, 2011, p. 29 e ss
- 72 — **“A responsabilidade indemnizatória dos poderes públicos em 3D: Estado de Direito, Estado Fiscal e Estado Social”**, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 140.º, n. 39 69 (Jul-Ago 2011), p. 345 e ss, publicada nos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Gomes Canotilho*, vol. II, 2012.
- 73 — “Inconsequências e iniquidades na aplicação da doutrina da nulidade do “acto consequente” de acto anulado”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 141.º, n.º 3970 (Set-Out 2011), p. 3 e ss, publicada nos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. IV, 2012, p. 389 e ss)
- 74 — “Sobre a validade das decisões tomadas na reunião do Conselho de Justiça da FPF no dia 4 de Julho de 2008”, in *Desporto & Direito*, Ano IX, n.º 25, Set/ Dez 2011, p. 59 e ss.

- 75 — Anotação aos artigos 91.º a 93.º do *Comentário Conimbricense da Lei da Concorrência*, 2013 (em colaboração com Ana Raquel Moniz)
- 76 — “**A responsabilidade do Estado pelos danos decorrentes do exercício da função legislativa**”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 142.º, 2013, também publicado em *Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo*, 2013, p. 447 e ss.
- 77 — “Os poderes de cognição e de decisão do juiz no quadro do actual processo administrativo de plena jurisdição”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 101, Set / Out. 2013, p. 37 e ss.
- 78 — “**O papel do Estado na Sociedade e Socialidade**”, in *A Economia Social e Civil*, Estudos SPES 1, 2015, p. 23 e ss; in *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente do TC*, Rui Manuel Moura Ramos, 2016, p. 239 e ss
- 79 — **A Justiça Administrativa (Lições), Coimbra, 14ª edição, 2015 (largamente reformulada, em função da Reforma legislativa de 2015); 15.ª ed. 2016; [cf. título n.º 49];**
- 80 — Os limites constitucionais à racionalização e flexibilização do pessoal da função pública em Portugal”, F. Castillo Blanco y J. L. Monereo Pérez (coords.) *Reestructuración de las Administraciones Públicas: aspectos administrativos y laborales*, Granada, 2015, p. 177 e ss.
- 81 — “Algumas alterações recentes ao Código do Procedimento Administrativo português”, *As Reformas do Sector Público. Perspectiva Ibérica no Contexto Pós-Crise*, 2015
- 82 — « L'avenir de l'État de Droit Social en Europe : le point de vue portugais », in Julia Iliopoulos-Strangas (ed.), *Die Zukunft des Sozialen Rechtsstaates in Europa, The future of the Constitutional Welfare State in Europe, L'avenir de l'État de Droit Social en Europe*, Nomos, 2015, pp. 151-167
- 83 — “A anulação administrativa de actos no Código do Procedimento Administrativo revisto”, in *Liber Amicorum Fausto Quadros*, 2016, p. 827 e ss
- 84 — “Os poderes das entidades reguladoras”, *Estudos em homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, 2016
- 85 — “As acções relativas a normas no processo administrativo revisto”, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 2015 – II, p. 259 e ss
- 86 — Anotações a vários artigos do CPA, in, AAVV, *Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo*, 2016
- 87 — “As grandes opções constituintes em matéria de direitos fundamentais “ - 40 Anos da Constituição – U. Católica, Porto, 2017
- 88 — Âmbito da jurisdição administrativa, CEJ, 2017
- 89 – Os poderes judiciais na revisão de 2015 das leis processuais administrativas CJA 2017

AB) ARTIGOS EM OBRAS DE REFERÊNCIA:

- 1 — na POLIS - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, sobre os seguintes temas:
- *Declaração Universal dos Direitos do Homem*;
 - *Direitos Fundamentais*;
 - *Direitos Humanos*;



- *Pluralismo*;
- *Unidade*.

2 — na VERBO - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, II Suplemento, vol. 21, 1986, sobre os seguintes temas:

- *Direitos Fundamentais*;
- *Imparcialidade*.

3 — no Dicionário Jurídico da Administração Pública:

- *Interesse Público* (vol. V, 1993);
- *Validade (do acto administrativo)* (vol. VII, 1996);
- *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1.º Supl., 1998);
- *Contencioso Administrativo* (2.º Supl., 2001, 3.º Supl., 2007, em colaboração com

José Eduardo Figueiredo Dias).

4 — no Dicionário da História de Portugal:

- *Direitos Fundamentais* (vol. VII, Supl. (1926-1974), 1998).

AC) ANOTAÇÕES DE JURISPRUDÊNCIA:

— publicadas nos *Cadernos de Justiça Administrativa*:

- Em defesa do recurso hierárquico (n.º 0, Dezembro de 1996)
- Controlo judicial do dever de reapreciação de decisões negativas (n.º 1, Março de 1997)
- Discricionariedade na revisão de actos administrativos vinculados desfavoráveis (n.º 11, Novembro de 1998)
- Nulidade e anulabilidade dos actos administrativos (n.º 43, Janeiro- Fevereiro de 2004)
- A classificação administrativa de bens do domínio público municipal (n.º 78, Novembro – Dezembro de 2009)
- A “via de facto” perante o juiz administrativo (n.º 104, Março- Abril de 2014)
- O prazo de prescrição do direito de indemnização por responsabilidade pública (n.º 113, Setembro- Outubro de 2015)

— publicadas na *Revista de Legislação e Jurisprudência*:

- Recorribilidade do acto de abertura de concurso (Ano 132.º, n.º 3907, 2000, p. 312 e ss)
- Acto de execução e procedimentos executivos (Ano 134.º, n.º 3922, 2001, p. 17 e ss).
- A revisão de actos administrativos de concessão de benefícios (Ano 135.º, 2005, p. e ss).
- Poderes administrativos no domínio do ensino privado (Ano 136.º, 2006, p. 386 e ss)
- Cidadania fiscal e estratégias autárquicas (Ano 137.º, 2007, p. e ss)

— publicada em *Jurisprudência Constitucional*:

- Rendimento social de inserção (N.º 1, Janeiro-Março de 2004, p. 21 e ss)

- publicada na *Revista Direito e Desporto*:
- Paralímpicos e princípio da igualdade (Ano I, n.º 3, Maio-Agosto 2004, p. 479 e ss).

B) OUTROS ESCRITOS

- 1 — A Lei das Finanças Locais (1980), artigo publicado no *Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro*, n.º 7, 1978 (sic), p. 4 e ss.
- 2 — Bases Gerais de uma Política de Defesa, texto publicado em *No Caminho da Sociedade Aberta*, Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Social, Lisboa, 1988, p. 235 e ss.
- 3 — Supletividade do Estado e Desenvolvimento, conferência publicada em *Gaudium et Spes* (volume organizado pela Universidade Católica Portuguesa em comemoração dos vinte anos da Constituição Pastoral com o mesmo nome), Rei dos Livros, Lisboa, 1988, p.113 e ss.
- 4 — Os Direitos Fundamentais e a Revisão Constitucional, conferência publicada em *Prática e Revisão Constitucional*, Cadernos Políticos, 3, Instituto D. João de Castro, Lisboa, 1989.
- 5 — La protection des biens culturels, in *La protection des biens culturels (Journées Polonaises)*, *Travaux de l'Association Henri Capitant*, Tome XL, Paris, 1989, p. 473 e ss (Relatório português apresentado nas Jornadas da Fundação Henri Capitant sobre o mesmo tema).
- 6 — Mecanismos de regulação, in *O rigor da notícia*, Alta Autoridade para a Comunicação Social, 1996, p. 55 e ss.
- 7 — A sublime conspiração da doutrina e da jurisprudência, in *Forum Iustitiae*, n.º 3, Agosto 1999, p. 37 e ss.
- 8 — Reforma do contencioso administrativo (à primeira vista), in *Forum Iustitiae*, n.º 10, Abril 2000, p. 21 e ss.
- 9 — A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e as Constituições Nacionais, in AAVV, *Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, "Corpus Iuris Gentium Conimbrigae"*, 2001, p. 83-88.
- 10 — *IN MEMORIAM* de Francisco Lucas Pires (Tocha), Sep. do *BFUDUC*, 2001.
- 11 — Os direitos sociais como direitos da pessoa, in *Nova Cidadania*, Ano III, n.º 12, Abril/Junho de 2002, p. 33 e ss.
- 12 — O direito e as palavras, in *Archivum et Jus*, 2006, p. 37 e ss.
- 13 — Elogio dos doutorandos (imposição de insígnias), in *BFUDUC*, LXXXII, 2006, p. 963 e ss.
- 14 — Elogio dos doutorandos (imposição de insígnias), in *BFUDUC*, LXXXVI, 2010, p. 905 e ss.
- 15 — Conclusões do Colóquio "Revisitação do consenso constitucional", organizado pelo Tribunal Constitucional, in *35.º aniversário da Constituição de 1976*, vol. I., 2012, p. 175 e ss.

- 16 — Elogio do Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, U Nova de Lisboa
17 — “Portugal: cadre constitutionnel”, Que Sais-je?, Fondation Henri Capitant (em co-
autoria com a Mestre Marta Nunes Vicente)

C) COORDENAÇÃO DE OBRAS COLECTIVAS

- *Direito do Petróleo*, Instituto Jurídico, FDUC, 2013 (em colaboração com Rui de
Figueiredo Marcos)

D) Traduções

- MICHEL LESAGE, *As Instituições Soviéticas*, Almedina, Coimbra, 1976 (do francês);
- OTA SIK, *Argumentos para uma Terceira Via*, Almedina, Coimbra, 1983 (do alemão).